Demonstrações Financeiras

Instituto Clima e Sociedade

31 de dezembro de 2019 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do superávit (déficit)	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 6° ao 10° andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3263-7000

ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores do **Instituto Clima e Sociedade** Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Clima e Sociedade ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do superávit/déficit, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Clima e Sociedade em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção, em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.



 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2020.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Diogo Afonso da Silva

Contador CRC-1RJ114783/O-8

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.457	19.398
Títulos e valores mobiliários	5	6.701	5.298
Créditos a receber		122	246
Doações a receber	6	28.105	17.081
Recursos de projetos e parcerias	7	10.393	10.127
		50.778	52.150
Não circulante			
Doações a receber	6	-	1.227
Recursos de projetos e parcerias	7	440	290
Imobilizado	8	147	114
Intangível	8	4	9
_		591	1.640
Total do ativo	<u> </u>	51.369	53.790
Passivo Circulante			
Contas a pagar		114	12
Obrigações tributárias		13	3
Obrigações trabalhistas e sociais	9	535	312
Recursos para projetos sociais	10	38.537	40.954
Recursos vinculados a parcerias	11	10.393	10.127
		49.592	51.408
não Circulante			
Recursos para projetos sociais	10	-	1.227
Recursos vinculados a parcerias	11	440	290
		440	1.517
Patrimônio líquido	12		
Patrimônio Social		865	587
Superávit/(déficit) do Exercício		472	278
		1.337	865
Total do passivo e patrimônio liquido		51.369	53.790

Demonstração do superávit (déficit) Exercícios findos 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Receitas operacionais		36.568	24.805
Com restrições		36.384	24.805
Programas de assistência social	13.1	35.986	24.477
Rendimentos financeiros	13.2	397	323
Variação cambial	13.3	1	5
Sem restrições	13.4	184	-
Outras Receitas		184	-
Custo das atividades sociais	-	(29.961)	(20.647)
Atividades programáticas	14	(29.961)	(20.647)
Resultado bruto	_	6.607	4.158
Despesas operacionais	_	(6.135)	(3.880)
Despesas com pessoal	15.1	(1.942)	(1.583)
Serviços prestados	15.2	(1.127)	(526)
Viagens e estadias	15.3	(2.169)	(908)
Despesas gerais e administrativas	15.4	(814)	(650)
Despesas tributárias	15.5	(45)	(182)
Depreciação e amortização	8 _	(38)	(31)
Superávit do exercício	<u></u>	472	278

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Superávit do exercício Outros resultados abrangentes	472 -	278 -
Resultados abrangentes do exercício	472	278

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit)	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	220	367	587
Incorporação do Superávit / (Déficit) Superávit do exercício de 2018	367	(367) 278	- 278
Saldos em 31 de dezembro de 2018	587	278	865
Incorporação do Superávit / (Déficit) Superávit do exercício de 2019	278 -	(278) 472	- 472
Saldos em 31 de dezembro de 2019	865	472	1.337

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do exercício	472	278
Ajustes para reconciliar o superávit ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação/Amortização	38	31
Superávit do exercício ajustado	510	309
(Aumento) diminuição dos ativos		
Créditos a receber	124	(129)
Aumento em titulos e valores mobiliários	(1.403)	276
Doações a receber	(9.797)	(2.982)
Recursos de projetos e parcerias	(416)	(3.797)
	(11.492)	(6.632)
Aumento (diminuição) dos passivos		
Obrigações trabalhistas, fiscais e sociais	233	137
Contas a pagar	102	(24)
Recursos para projetos sociais	(3.644)	14.933
Aumento recursos de vinculados a parcerias	416	3.797
	(2.893)	18.843
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(13.875)	12.520
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens (imobilizado e intangível)	(66)	(18)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(66)	(18)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	(13.941)	12.502
Saldo inicial de caixa e equivalente de caixa	19.398	6.896
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	5.457	19.398
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	(13.941)	12.502

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto social

O Instituto Clima e Sociedade ("iCS" ou "Instituto") é uma associação civil sem fins lucrativos, de direito privado, localizada na Rua General Dionísio, nº 14 - parte, Humaitá - Rio de Janeiro (RJ), registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas no dia 11 de maio de 2015.

O iCS é uma organização filantrópica que capta recursos e fomenta projetos que contribuam para a construção de soluções para a crise climática. Funciona como uma ponte entre financiadores (fundações internacionais e nacionais e instituições de cooperação bilateral) e parceiros locais, incluindo organizações da sociedade civil, academia, associações e entidades governamentais. As atividades do Instituto consistem no gerenciamento de doações, engajamento da sociedade com o tema de mudanças climáticas, implementação de projetos e capacitação institucional de organizações da sociedade civil. Nesse sentido, o iCS establece suas quatro ações principais:

- Construir evidências
- Promover Advocacy
- Construir espaçoes de interação
- Fomentar intercâmbio de conhecimento e experiência

<u>Missão</u>

Fortalecer as condições para que alavanquem práticas duradouras de mitigação e resiliência das mudanças climáticas.

Visão

Brasil carbono neutro com crescimento econômico e justica social, compatível com 1,5°C.

O iCS foca suas ações em:

Energia

Iniciativas: I) Democratizar e descentralizar o setor elétrico; II) Incentivar as novas energias renováveis (solar, eólica e de biomassa); III) Promover a eficiência energética, a geração distribuída e o smart grid.

Economia de baixo carbono

Iniciativas: I) Gerar evidências para a tomada de decisão rumo à economia de baixo carbono; II) Redirecionar investimentos e subsídios; III) Ampliar o universo de bons projetos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto social--Continuação

Transporte

Iniciativas: I) Engajar a sociedade civil na concepção, monitoramento e execução de políticas de mobilidade; II) Aprofundar o conhecimento e o debate sobre a economia do transporte; III) Explorar as interfaces entre qualidade do ar e saúde com as políticas e tecnologias de transporte.

Política climática e Engajamento

Iniciativas: I) Apoiar organizações para que pressionem, monitorem e ajudem o Brasil a cumprir a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC); II) Acompanhar a política climática internacional; III) Buscar o engajamento de mais agentes para a agenda climática; IV) Articular para que o tema das mudanças climáticas entre na pauta dos parlamentares no Congresso Nacional.

Uso da terra e sistemas alimentares

O novo portfólio de Uso da Terra e Sistemas Alimentares tem o objetivo de promover ações e incentivos para o uso da terra mais sustentável, para a melhoria da gestão florestal e para a redução dos impactos ambientais da agricultura e da alimentação. As iniciativas estão em definição.

2. Base de apresentação

a) <u>Declaração de conformidade</u>

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas (Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.255/09, NBC TG (R1) 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que aprovou o pronunciamento técnico PME do Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC) e em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.409/12, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem finalidades de lucros, alterada e consolidada em 21 de agosto de 2015 como ITG 2002 (R1).

A Administração do Instituto autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 18 de agosto de 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação--Continuação

b) Moeda funcional e apresentação

A Administração do Instituto definiu que sua moeda funcional é o Real, de acordo com as normas descritas no pronunciamento técnico CPC PME - Contabilidade para pequenas e médias empresas (Seção 30 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras).

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações dos resultados.

3. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Administração considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. As receitas decorrentes destas aplicações são reinvestidas nas atividades sociais do Instituto ou diretamente nos projetos específicos, quando há exigência do financiador, conforme destacado na demonstração de superávit.

b) Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras se encontram classificadas como ativos financeiros mantidos para negociação, sendo apresentadas no balanço patrimonial a valor justo com correspondentes ganhos ou perdas, reconhecidos nas demonstrações do superávit (déficit). Referida classificação se deve ao fato da intenção da administração em negociar as aplicações financeiras na medida em que houver necessidade de recursos para liquidação de suas obrigações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

c) Doações a receber

Refere-se a contratos firmados com doadores cujo recebimento ocorrerá em exercícios futuros e estão apresentados pelo seu valor contratual atualizado, quando aplicável, pela variação cambial do período. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Administração do Instituto não constituiu provisão para perda por risco de crédito, em função de não haver expectativa de não recebimento desses montantes.

d) Recursos para projetos sociais

Os recursos para projetos sociais correspondem às obrigações que o Instituto ainda possui de aplicar os recursos de contratos firmados com os doadores no portfólio de projetos sociais a serem apoiados pelo Instituto e para realização das atividades institucionais atualizado, quando aplicável, pela variação cambial do período.

e) Recursos vinculados a parcerias e recursos de projetos e parcerias

Correspondem às obrigações de repasse que ocorrerá em exercícios futuros e aos direitos de recebimento das prestações de conta sobre esses de recursos, conforme previstos nos contratos de doação firmados entre o Instituto e seus parceiros e estão apresentados pelo seu valor contratual.

f) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido do valor da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear e com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica estimado dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do superávit (déficit) no exercício em que o fato for incorrido.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

g) Patrimônio líquido

Representado pelo patrimônio social do Instituto Clima e Sociedade - iCS acrescido dos resultados superavitários ou deficitários anuais, conforme o caso.

h) Reconhecimento de receita

Receita operacional

As receitas com restrições registram os recursos recebidos, firmados em instrumentos contratuais e destinado às atividades sociais desenvolvidas pelo Instituto. São reconhecidos como obrigação do Instituto perante os doadores e são contabilizados inicialmente no passivo. Essas obrigações têm seu reconhecimento em conta de receita a partir da realização efetiva das despesas.

As receitas sem restrições registram os recursos de prestação de serviços e das contribuições e doações voluntárias. As receitas de doações voluntárias são varáveis,não existindo um compromisso firmado entre as partes do valor a ser doado e normalmente variam em função do nível de assistência que o doador está disposto a oferecer ao Instituto. Desta forma, estas receitas são apenas reconhecidas quando a certeza de sua realização, ou seja, são reconhecidas apenas quando do recebimento das mesmas. A impossibilidade de reconhecimento destas receitas por regime de competência deve-se ao Instituto não possuir conhecimento prévio dos valores que serão recebidos e por isso, estas doações são reconhecidas no momento de seu recebimento. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e efeito da variação cambial proveniente de operações em moeda estrangeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

i) Obrigações e isenções tributárias

O Instituto, por sua finalidade e objetivos e por atender aos requisitos da legislação em vigor, usufrui de isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Não estão abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras que, de acordo com a norma tributária, são retidos na Fonte.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

j) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os passivos são reconhecidos no balanço quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais seriam realizados, considerando as variações monetárias de acordo com as condições contratuais.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados através dos montantes pelos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias de acordo com as condições contratuais.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando os ativos são realizáveis, e os passivos exigíveis, dentro dos doze meses seguintes.

k) Custo e despesas

Custo das atividades sociais

Registram as despesas para realização dos projetos sociais que são os objetos dos contratos de doações firmados entre o Instituto e os donatários.

Despesas operacionais

São despesas relacionadas a pessoal, serviços prestados, viagens e estadias, administrativas e demais despesas necessárias para manutenção do Instituto.

Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem, principalmente, as despesas com tarifas bancárias e variação cambial. As despesas financeiras são apropriadas no resultado quando incorridas ou na medida em que os benefícios são transferidos para o Instituto pelo regime de competência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

I) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado, recuperabilidade de ativos, dentre outros. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. O Instituto revisa suas estimativas e premissas ao menos anualmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras e os valores em trânsito.

	2019	2018
Caixa e bancos	7	145
Aplicações financeiras (i)	242	18.091
Valores em trânsito (ii)	5.208	1.162
	5.457	19.398

⁽i) São aplicações financeiras, de liquidez imediata, mantidas no Banco Bradesco, sendo aplicações automáticas denominadas como Invest Plus.

5. Títulos e valores mobiliários

	2019	2018
Aplicações financeiras	6.701	5.298
	6.701	5.298

A instituição estruturou as suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha por meio de aplicações resgatáveis a qualquer momento sem variação relevante de valor, e oferecem remuneração variando entre 95% e 97% da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), avaliada diariamente na Cetip (Câmara de liquidação e custódia).

⁽ii) Valores em trânsito - são os numerários das doações recebidas de fontes internacionais, cujos procedimentos de contrato de câmbio serão finalizados no decorrer do próximo exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Títulos e valores mobiliários--Continuação

Refere-se a recursos que são aplicáveis em Certificados de Depósitos Bancários em que as receitas financeiras decorrentes de tais aplicações são reinvestidas nas atividades sociais do Instituto ou diretamente nos projetos específicos, quando exigência do financiador.

6. Doações a receber

Os recursos de doações a receber, destinados à execução das atividades estatutárias e firmados em instrumentos contratuais, são reconhecidos no ativo tendo como contrapartida uma obrigação do Instituto perante os doadores e/ou parceiros. Essas obrigações são reconhecidas nas contas de resultado de acordo com a realização das despesas prevista no contrato firmado.

Os valores relativos às doações de recursos internacionais são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio nas datas de início de vigência dos contratos, incorporando as variações cambiais ocorridas até a data do fechamento do balanço.

O repasse dos recursos, pelo doador, está condicionado à comprovação das atividades realizadas, que é efetuada através do envio da prestação de contas periódica e apresentação das demonstrações financeiras auditadas.

O saldo deste grupo está composto da seguinte forma:

Descrição		2019	2018
Doações a receber - ativo circulante Doações a receber - ativo não circulante		28.105 -	17.081 1.227
·	_	28.105	18.308
Descrição	Contrato	2019	2018
Doações a receber - ativo circulante			
The Children's Investment Fund Foundation - CIFF (i)	1606-01318	-	5.811
Climateworks Foundation - CWF (ii)	17-1077	562	2.677
Climateworks Foundation - CWF (ii)	19-1482	81	-
European Climate Foundation - ECF (iii)	1811-58910	-	44
European Climate Foundation - ECF (iii)	1805-02101	-	107
European Climate Foundation - ECF (iii)	19-02-02567	40	-
FILE Foundation (iv)	FF-GAO- 0041	2.821	-
IKEA Foundation (v)	G-1808-01174	9.672	-
MOTT Foundation (vi)	G-20183267	403	-
OAK Foundation - OAK (vii)	OCAT 17-645	775	775
OAK Foundation - OAK (vii)	18-593	6.979	6.979
OAK Foundation - OAK (vii)	OFIL 19-079	2.040	-
Smart Energy (viii)	-	702	688
The Willian na Flora Hewlett Foundation (ix)	2019-9939	4.030	-
()		28.105	17.081

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Doações a receber--Continuação

Descrição	Contrato	2019	2018
Doações a receber - ativo circulante	17-1077	-	539
Climateworks Foundation - CWF (ii)	-	-	688
Smart Energy (vi)	-	-	1.227

As doações a receber são firmadas nas respectivas moedas e valores abaixo demonstrados:

- (i) CIFF Contrato firmado em Dólar de US\$ 1.500 em 2019.
- (ii) CWF Contrato firmado em Dólar de US\$ 415 em 2018, US\$ 276 em 2019 e US\$ 139 e US\$ 20 em 2020.
- (iii) ECF Contrato firmado em Euro de EUR\$ 10 e 27 em 2019 e 10 em 2020
- (iv) FILE Contrato firmado em Dólar de US\$ 300 em 2019 e 700 em 2020
- (v) IKEA Contrato firmado em Dólar de US\$ 600 em 2019 e 2400 em 2020
- (vi) MOTT Contrato firmado em Dólar de US\$ 100 em 2019 e 100 em 2020
- (vii) OAK Contrato firmado em Reais
- (viii) SMART- Contrato firmado em Euro de EUR\$ 78 em 2019 e 155 em 2020
- (ix) HEWLETT Contrato firmado em Dólar de US\$ 1.000 em 2020

7. Recursos de projetos e parcerias

Os recursos das doações do Instituto para os parceiros são condicionados e estão sujeitos ao cumprimento de obrigações previstas nos contratos, sendo assim, o total dos recursos, previstos no acordo, é apropriado na data do início do contrato.

O saldo deste grupo está composto da seguinte forma:

	2019	2018
Recursos de projetos e parcerias - ativo circulante Recursos de projetos e parcerias - ativo não circulante	10.393 440	10.127 290
	10.833	10.417

Recurso para projetos e parcerias

Registram o total dos recursos comprometidos nos contratos, deduzidos dos valores repassados aos parceiros. O saldo reflete os valores a serem repassados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Recursos de projetos e parcerias--Continuação

	Novos contratos / saldo a pagar 2019	Valor pago em 2019	Valor a pagar em 2020	Valor a pagar em 2021
Contratos de 2017	375	375	-	-
Contratos de 2018	9.959	8.764	1.195	-
Contratos de 2019	24.982	15.344	9.198	440
	35.316	24.483	10.393	440

8. Imobilizado e intangível

Representam os valores e a movimentação dos bens do Institutodurante o exercício. O Institutojulga que as taxas de depreciação aplicadas estão razoavelmente ligadas à vida útileconômica dos bens:

	Taxas anuais depreciação	Valor líquido 31/12/2018	Aquisições	Depreciação/ amortização	Valor líquido 31/12/2019
Informática	20%	50	55	(23)	82
Móveis e utensílios	10%	28	11	(4)	35
Máquinas e equipamentos	10%	36	-	(6)	30
Total do imobilizado		114	66	(33)	147
Intangível - Software	20%	9	-	(5)	4
Total do intangível		9	-	(5)	4
	Taxas anuais depreciação	Valor líquido 31/12/2017	Aquisições	Depreciação/ amortização	Valor líquido 31/12/2018

_	depreciação	31/12/2017	Aquisições	amortização	31/12/2018
Informática	20%	50	16	(16)	50
Móveis e utensílios	10%	32	-	(4)	28
Máquinas e equipamentos	10%	40	2	(6)	36
Total do imobilizado	-	122	18	(26)	114
Intangível - Software	20%	14	-	(5)	9
Total do intangível	-	14	-	(5)	9

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos não serão recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e concluiu que não existia a necessidade de registrar provisão de perda sobre seu ativo imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Obrigações trabalhistas e sociais

	2019	2018
Provisão de férias e encargos	535	312
	535	312

10. Recursos para projetos sociais

São recursos decorrentes de contratos de doação firmados com diversas instituições nacionais e internacionais, que são destinados à aplicação no portfólio de projetos sociais a serem apoiados pelo Instituto e para realização das atividades institucionais.

Os recursos estão representados no passivo pelo valor total do contrato firmado entre o Instituto e a instituição doadora, deduzidos dos valores apropriados no resultado referente ao período corrente e das variações cambiais, quando aplicáveis. Os recursos internacionais são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data inicial do termo de doação, acrescido das variações cambiais ocorridas até a data da liquidação dessas transações.

A seguir apresentamos a composição do saldo por instituição doadora:

	Saldo a executar	Recursos		Saldo 2020
Entidades doadoras	em dez/18	apropriados	Execução	a executar
A ====	4.45	40	(455)	
Arapyau	145	10	(155)	-
CIFF	10.182	2.032	(11.614)	600
CWF	5.007	431	(2.637)	2.801
ECF	128	406	(495)	39
Embaixada da Alemanha	16	490	(417)	89
HEWLETT	6.944	4.030	(6.938)	4.036
FILE Foundation	-	4.080	(148)	3.932
IKEA	-	12.120	(2.335)	9.785
Instituto Humanidade	100	-	(100)	-
Mott Foundation	509	806	(440)	875
OAK	17.600	4097	(6.787)	14.910
Smart Energy	1.376	35	(687)	724
Pisces Foundation	116	599	(465)	250
Porticus	58	-	(58)	-
RAINFORESt Alliance	-	3.206	(2. 7 10)	496
Total	42.181	32.342	(35.986)	38.537
			2019	2018
Dogurago para projetas accisio a	tivo circulanto		20 527	40.0E4
Recursos para projetos sociais - a			38.537	40.954
Recursos para projetos sociais - a	tivo nao circulante			1.227
			38.537	42.181

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Recursos vinculados a parcerias

Registram os recursos previstos nos contratos de doação firmados entre o Instituto e os donatários. Os valores estão representados pelo valor total firmado do contrato deduzidos dos repasses efetuados.

Os valores a repassar a projetos e parcerias são compromissos assumidos em contrato com os donatários, no entanto, a liberação dos recursos está vinculada ao cumprimento, pelos donatários, das obrigações estabelecidas nas cláusulas contratuais.

Os saldos são segregados entre passivo circulante e não circulante de acordo com o cronograma de repasses aos donatários previstos em cada contrato firmado.

A seguir apresentamos a composição dos valores a repassar aos donatários:

	Novos contratos / saldo a pagar 2019	Alterações contratuais	Valor pago em 2019	Valor a pagar em 2019	Valor a pagar em 2021
Contratos de 2017	375	-	375	-	-
Contratos de 2018	10.042	(83)	8.764	1.195	-
Contratos de 2019	25.011	(29)	15.344	9.198	440
	35.428	(112)	24.483	10.393	440
				2019	2018
Recursos de vinculad Recursos de vinculad				10.393 440	10.127 290
				10.833	10.417

12. Patrimônio líquido

a) Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto é composto pelos superávits (déficits) dos exercícios anteriores aprovados pelo Conselho Deliberativo.

b) Superávit acumulado

Refere-se ao resultado do ano corrente. Após aprovação pela Assembleia, esses valores são incorporados ao patrimônio social do Instituto e os eventuais resultados positivos serão reinvestidos nos objetivos sociais, conforme previsto no estatuto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receitas operacionais

13.1. Receitas com restrição

Referentes a programas de assistência social, consideradas "com restrição" por dependerem do atendimento de determinadas condições estabelecidas nos contratos para serem apropriadas ao resultado de acordo com sua competência. As receitas de doações seguem conforme demonstrado:

	2019	2018
Childrens Investment Fund Foundation	11.614	6.755
The William and Flora Hewelett Foundation	6.938	5.268
OAK Foundation	6.787	4.829
RAINFOREST Alliance	2.710	-
Climate Works Foundation	2.637	3.483
IKEA	2.335	-
SMART Energy for Europe	687	119
ECF - European Climate Foundation	495	446
PISCES Foundation	465	457
MOTT Foundation	440	77
Embaixada da Alemanha	417	464
Instituto Arapyau	155	1.234
Foundation for Internacional - FILE	148	-
Instituto Humanidade	100	200
Porticus	58	684
Good Energie Foundation	-	421
GIZ no Brasil	-	40
	35.986	24.477

13.2. Rendimentos financeiros

	2019	2018	
Dandimentos financairos	Egg	261	
Rendimentos financeiros	586	361	
Despesas financeiras	(189)	(38)	
	397	323	

13.3. Variação cambial

	2019	2018
Ganhos cambiais	2	6
Perdas cambiais	(1)	(1)
	1	5

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receitas operacionais--Continuação

13.4. Receitas sem restrição

Registram os recursos não condicionados, recebidos de doações ou contribuições voluntárias de parceiros e prestação de serviços:

	2019	2018
Prestação de serviços	184	-
	184	-

14. Custo das atividades sociais

Registram as despesas realizadas com as atividades programáticas previstas nas ações sociais de política climática, energia elétrica e mobilidade urbana.

	2019	2018
Projetos e parcerias (i)	(24.483)	(16.433)
Seminários e eventos	(34)	(76)
Serviços de terceiros	(2. 8 82)	(2.376)
Recursos humanos	(2.562)	(1.762)
	(29.961)	(20.647)

⁽i) Os recursos de projetos e parcerias se referem aos contratos de doações firmados entre o Instituto e os donatários e estão condicionados ao cumprimento de obrigações entre as partes. O reconhecimento na despesa foi efetuado a partir do repasse dos recursos para os donatários, conforme contratos.

15. Despesas operacionais

15.1. Despesa com pessoal

	2019	2018
Remuneração	(1.219)	(1.022)
Encargos sociais	(417)	(390)
Benefícios (i)	(306)	(171)
	(1.942)	(1.583)

⁽i) Os valores mais relevantes dos benefícios se referem às despesas com plano de saúde médico e odontológico.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Despesas operacionais--Continuação

15.2. Serviços prestados

Registram as despesas realizadas com contratação de serviços de pessoas físicas e jurídicas, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	2019	2018
Serviços Prestados PF	(39)	(158)
Serviços Prestados PJ (i)	(1.088)	(368)
	(1.127)	(526)

⁽i) As despesas com serviços prestados PJ referem-se a serviços de consultorias e/ou assessorias, tais como, auditoria, contabilidade, assistência jurídica e informática, entre outros.

15.3. Viagens e estadias

Registram as despesas realizadas com passagens, diárias hospedagens e outras despesas relacionadas às viagens, como condução, lanches e seguros, conforme demonstrado natabela abaixo:

	2019	2018
Passagens aéreas	(874)	(536)
Diárias e hospedagens	(1.057)	(261)
Despesas com transporte e alimentação	(238)	(111)
	(2.169)	(908)

15.4. Despesas gerais e administrativas

Referem-se aos gastos para manutenção do escritório e atividades gerais, conforme demonstrado natabela abaixo:

	2019	2018
Infraestrutura Despesas de uso e consumo	(559) (255)	(468) (182)
	(814)	(650)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Despesas operacionais--Continuação

15.5. Despesas tributárias

O montante registrado refere-se ao IR (imposto de renda) incidente sobre as aplicações financeiras e ao IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) incidente sobre operações de câmbio geradas pelas doações recebidas.

Imposto de renda sobre aplicações Imposto sobre operações financeiras Multas sobre declaração acessórias - (48) (45) (182)		2019	2018
	Imposto sobre operações financeiras	(45) -	(48)

16. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

O Instituto apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

As informações abaixo apresentam resumo sobre a exposição do Instituto a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Instituto, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Instituto avalia os riscos nos seus instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras, influenciem nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O Instituto administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo rico de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de primeira linha.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

Estrutura do gerenciamento de risco--Continuação

Risco de taxa de câmbio

Risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade do Instituto ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações de câmbio.

O Instituto apresenta ativos indexados à moeda estrangeira, em especial dólar americano e euro, provenientes das doações recebidas por entidades internacionais, o que causa a volatilidade nos seus resultados e em seu fluxo de caixa proporcional à flutuação da taxa de câmbio.

Risco de crédito

Os valores de caixa e equivalentes de caixa apresentados na tabela abaixo representam a máxima exposição de crédito sobre esses ativos.

2019	2018
7	145
242	18.091
5.208	1.162
5.457	19.398
	7 242 5.208

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de o Instituto encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Em 31 de dezembro, a instituição mantinha os seguintes montantes de fundos de curto prazo:

	2019	2018
Fundos de Curto prazo	12.158	24.696
	12.158	24.696

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

Estrutura do gerenciamento de risco--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da instituição, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano
Em 31 de dezembro de 2019 Fornecedores e outros passivos	114
·	114
Em 31 de dezembro de 2018	40
Fornecedores e outros passivos	12 12

a) Valor de mercado de instrumentos financeiros

Os saldos do caixa e equivalentes de caixa (bancos e aplicações financeiras) e passivos circulantes (contas a pagar) correspondem ao valor de mercado em razão de o vencimento ocorrer em data próxima a do balanço.

b) Outros tipos de instrumentos financeiros

O Instituto não realizou operação com derivativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

17. Partes relacionadas

Remuneração dos Administradores

Os membros dos Conselhos do Instituto não são remunerados, conforme previsto no Estatuto Social. O Instituto não concede nenhum tipo de remuneração, vantagem ou benefício, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das suas competências, funções ou atividade que lhes foram atribuídas.

Com o propósito de promover transparência, o Instituto destaca que o Sr. Leonardo Vieira Lacerda é do conselho deliberativo e ocupa o cargo de Diretor do Programa de Meio Ambiente na Fundação OAK em Genebra, Suíça. A Fundação OAK também é financiadora do Instituto Clima e Sociedade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Eventos Subsequentes

Impactos do COVID-19

A rápida e repentina propagação da epidemia do Coronavírus causou a paralisação de vários setores, provocando uma desaceleração na economia mundial, sendo inevitável uma desaceleração econômica. O Brasil já sofre com os impactos dessa crise, com uma alta volatilidade nos preços dos ativos e no câmbio.

Seguindo a orientação de isolamento social determinado pelo Ministério da Saúde e pelos Governos estaduais e municipais do Rio de Janeiro, o trabalho presencial no iCS foi suspenso, sendo adotado o regime de trabalho remoto (home office).

Visando minimizar os impactos dos riscos e incertezas no planejamento operacional, a Administração do iCS, além de acompanhar a evolução da crise, tem realizado reuniões frequentes com a equipe e revisado as estratégias de atuação dos projetos em execução e programados.

A Administração entende que eventos econômicos consequentes da pandemia de COVID-19 possam gerar impactos indiretos aos seus ativos de direito de recebimento, mas até a data de emissão deste relatório não foi possível mensurar quais seriam esses impactos.